



PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO MIDR 2023-2027

Versão 4.0 – 01.26

CADERNO ESTRATÉGICO EIXO PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL



MINISTÉRIO DA
INTEGRAÇÃO E DO
DESENVOLVIMENTO
REGIONAL

GOVERNO FEDERAL
BRASIL
UNIÃO E RECONSTRUÇÃO

MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO E DESENVOLVIMENTO REGIONAL

Antonio Waldez Góes da Silva

Ministro da Integração e Desenvolvimento Regional e
Presidente do Comitê Estratégico de Governança – CEG

Wolnei Aparecido Wolff Barreiros

Secretário Nacional de Proteção e Defesa Civil

Valder Ribeiro de Moura

Secretário-Executivo

Coordenação e Orientação Metodológica

Marina Soares Almeida Diretora de Gestão Estratégica

Antonio Sergio Malaquias de Queiroz Filho Coordenador-Geral de Planejamento e Gestão Estratégica

Cristina Abreu Jansen Coordenadora de Gestão Estratégica

Fernanda Muniz da Conceição Coordenadora de Planejamento

Fred Carlos Barros Rosas Analista Técnico Administrativo

Caroline Silva Passos Coordenadora de Projetos

Ândrea Possamai Alves Assistente Técnico Administrativo

Rafael Martins Sais Administrador

Wesley Vitor da Silva Administrador

Equipe de elaboração - Secretaria Nacional de Proteção e Defesa Civil

Ademar Lopes da Silva Coordenador de Habitação e Ações Estratégicas

Ana Paula Araujo Goveia Coordenadora de Planejamento e Projeto

Bráulio Eduardo da Silva Maia Assessor Técnico

Charles Silva de Aguiar Chefe de Projeto II

Érico de Castro Borges Coordenador de Mitigação, Obras de Contenção de Encostas e Programas Estratégicos

Frederico do Monte Seabra Coordenador-Geral de Estudos e Avaliação

Frederico de Santanna Coordenador de Reconhecimento, Socorro e Assistência

Giselle Paes Gouveia Coordenadora de Operações em Desastres

John de Castro Matos Coordenador-Geral de Gestão

Júnia Cristina Ribeiro Coordenadora-Geral de Gestão de Processos

Juliana Sobrinho dos Santos Moretti Diretora do Departamento de Articulação e Gestão

Kelly Araújo Lima Chefe de Projeto I

Leno Rodrigues de Queiroz Coordenador-Geral de Gerenciamento Operacional

Luiz Carlos Cerqueira Silva Coordenador-Geral de Estudos e Avaliação

Paulo Roberto Farias Falcão Diretor do Departamento de Obras de Proteção e Defesa Civil

Rafael Pereira Machado Coordenador de Estudos Integrados

Reinaldo Soares Estelles Coordenador-Geral de Articulação

Roney Rios Figueira Analista Técnico Administrativo

Rosilene Vaz Cavalcanti Coordenadora-Geral de Reconstrução e Ações Estratégicas

Talime Teleska Waldow dos Santos Coordenadora de Preparação

Tiago Molina Schnorr Coordenador-Geral de Monitoramento e Alerta

Wesley de Almeida Felinto Chefe de Gabinete

Participação Especial – Assessoria de Participação Social e Diversidade

Natália Mori Cruz Chefe da Assessoria de Participação Social e Diversidade

PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL

O Eixo de Proteção e Defesa Civil é composto por um conjunto de ações de prevenção, mitigação, preparação, além de resposta e reconstrução em caso de ocorrência de desastres. São atividades realizadas permanentemente nos estados, municípios e no Distrito Federal para evitar desastres e minimizar seus efeitos. Nessa linha, a Secretaria Nacional de Proteção e Defesa Civil tem a função de coordenar esforços públicos e privados para construir, juntamente com a comunidade, cidades mais resilientes.


No âmbito do PEI - MIDR a macropolítica de proteção e defesa civil está organizada em dois subeixos estratégicos fundamentais:

- Gestão de Riscos de Desastres;
- Gestão de Desastres.

O subeixo de **Gestão de Riscos de Desastres** representa a política pública que abrange as ações de prevenção, mitigação e preparação frente aos riscos de desastres.

Por fim, o subeixo de Gestão de Desastres representa a linha de atuação voltada à resposta e à recuperação de áreas afetadas por desastres.

A proteção e defesa civil possui integração com outras políticas públicas, de modo que há implicações mútuas relacionadas aos seus avanços. A garantia de uma habitação digna para a população, por exemplo, próxima aos centros urbanos, favorece a defesa civil, uma vez que evita a proliferação de construções irregulares em áreas de risco. Os investimentos em infraestrutura hídrica que elevem a disponibilidade de água para populações em regiões do semiárido nordestino atenuam os riscos relacionados às secas e a dependência de intervenções emergenciais, como os carros-pipa. Por fim, destaca-se a importância das obras de saneamento, especialmente no que se refere à drenagem e manejo de águas pluviais urbanas, que mitigam os riscos de alagamentos e enchentes nas cidades. Apresenta-se abaixo relação completa dos eixos e subeixos de atuação do MIDR que possuem forte sinergia com as ações de proteção e defesa civil.

Sinergias	Principais Eixos Relacionados	Principais Subeixos Relacionados
	Segurança Hídrica; Desenvolvimento Regional e Territorial; Parcerias e Fomento.	Infraestrutura Hídrica; Gerenciamento de Recursos Hídricos; Revitalização de Bacias Hidrográficas; Planejamento Regional e Ordenamento Territorial;

A seguir estão apresentados os vínculos existentes no campo da proteção e defesa civil do MIDR, com os principais instrumentos de planejamento estabelecidos: Estratégia Federal de Desenvolvimento (EFD – 2020-2031); e Plano Plurianual (PPA 2024-2027). Importante ressaltar que o Plano Nacional de Proteção e Defesa Civil, conforme previsto no Decreto nº 10.593, de 24 de dezembro de 2020, será elaborado em até 30 meses após a publicação do referido decreto e, quando aprovado, passará a ser considerado nas revisões do PEI do MIDR.

Vínculos com as Orientações da Estratégia Federal de Desenvolvimento 2020-2031

- Estimular cidades mais resilientes;
- Implementar protocolos de ações preventivas e de enfrentamento de desastres ambientais urbanos;
- Promover políticas públicas e investimentos que reduzam a exposição da população a áreas de risco e que contribuam para reduzir enchentes e inundações em áreas urbanas;
- Implementar políticas e medidas de adaptação à mudança do clima para a construção de resiliência e capacidade adaptativa de populações, ecossistemas, infraestrutura e sistemas de produção;
- Fortalecer estratégias, estruturas e políticas relacionadas com as previsões meteorológicas, climáticas e de tempo; e
- Tornar as infraestruturas mais resilientes aos riscos climáticos.

Vínculos com o Plano Plurianual 2024 – 2027

Programa: 2318 – Gestão de Riscos e de Desastres

Objetivo Geral: Reduzir os riscos de desastres e ampliar a capacidade e tempestividade de resposta e reconstrução pós-desastre.

Objetivo Específico 1: Ampliar Gestão de Riscos e Desastres

Indicador: Proporção dos municípios nas faixas “Alta” e “Intermediária Avançada” do Índice de Capacidade Municipal na Gestão de Riscos e de Desastres.

Entrega:

1. Capacitação Continuada em Proteção e Defesa Civil;

Medidas Institucionais:

1. Desenvolvimento de metodologia para execução de projetos de engenharia e obras de retenção de fluxo de detritos - Manual de Barreira SABO;
2. Elaboração do Plano Nacional de Proteção e Defesa Civil;
3. Instituição do Cadastro Nacional de municípios com áreas suscetíveis à ocorrência de deslizamentos de grande impacto, inundações bruscas ou processos geológicos ou hidrológicos correlatos;
4. Orientação aos entes federados no uso do guia de diretrizes de proteção e prevenção à erosão costeira para obras, estudos e projetos referentes à proteção costeira;
5. S2iD 4.0 - Revisão do pacote de gestão de ações apoiadas pela Secretaria Nacional de Proteção e Defesa Civil.
6. Elaboração de Protocolo de atuação conjunta entre a sala de situação do Estado e a sala de situação da ANA para caso de ocorrência de eventos hidrológicos críticos.

Objetivo Específico 2: Otimizar o apoio federal nas ações de resposta e recuperação pós-desastre.

Indicador: Tempo médio ajustado entre a solicitação de recursos e a transferência de recursos para assistência humanitária.

Entregas:

1. Apoio emergencial pela Operação Carro Pipa;
2. Atendimento às necessidades de recuperação de infraestruturas danificadas ou destruídas por desastres; e
3. Atendimento às necessidades de socorro, assistência humanitária e restabelecimento de serviços essenciais pós-desastres.

Medidas Institucionais:

1. Revisão da normatização sobre cooperação com o Ministério da Defesa para a Operação Carro-Pipa;
2. Implantação de modelo de moradia embrião em situações pós-desastre; e
3. Pactuação da Estratégia Federal de Preparação e Resposta aos Desastres.

SUBEIXO: GESTÃO DE RISCOS DE DESASTRES

FORÇAS

- Quadro técnico motivado e capacitado;
 - Arcabouço legal;
 - Plano de capacitação continuada;
- Articulação Institucional e parcerias;
 - Gestão orçamentária;
 - Inteligência Institucional;
 - Capilaridade Nacional.

FRAQUEZAS

- Quantidade de pessoal insuficiente;
 - Ambiente dividido;
- Muitas atribuições, responsabilidades e insuficiência de recursos;
- Base de dados do S2iD para gestão de risco não pode ser atualizada;
- Ações Orçamentárias pouco estruturantes;
- Disponibilidade orçamentária insuficiente;
- Ausência de um diagnóstico nacional consolidado e completo dos riscos de desastres;
- Articulação institucional.

ANÁLISE SWOT

OPORTUNIDADES

- Uso das mídias sociais para gerar cultura de prevenção;
 - Contribuição de Acadêmicos e SINPDEC na elaboração do Plano Nacional;
- Integração com órgãos que tratam de Gestão de Riscos de Desastres;
- Ocorrência de desastres propicia a inclusão do tema na pauta nacional;
- Ambiente político favorável à discussão de riscos de desastres;
- Ampliação das discussões sobre ocupação das cidades;
- Agenda Internacional favorável à discussão dos riscos de desastres em função das mudanças climáticas;
- Inclusão da ocupação de agente de defesa civil na CBO.

AMEAÇAS

- Perda de Servidores;
- Mudanças climáticas;
 - Centralização das principais obras de prevenção no Ministério das Cidades;
- Falta de capacidade dos entes;
- Ampliação das ocupações em área de risco, empobrecimento da população;
 - Falta de integração com as políticas públicas externas ao MIDR.

SUBEIXO: GESTÃO DE RISCOS DE DESASTRES

LEVANTAMENTO DE RISCOS:

- Mudanças Institucionais bruscas;
- Alterações na Legislação;
- Descontinuidade de ações em andamento;
- Ingerência política na alocação de recursos para a gestão de Riscos;
- Ocorrência de desastres extremos;
- Agenda do Governo: Carência e prioridade de recursos.

PROBLEMAS FUNDAMENTAIS

Vulnerabilidade social, com impacto na ocupação em áreas de risco;

Infraestruturas insuficientes, vulneráveis e incapazes de fazer frente às ameaças de desastres;

Carência e imprevisibilidade de investimentos em ações de prevenção para redução do risco de desastres, especialmente os geológicos e hidrológicos;

Insuficiência de articulação e coordenação institucional no Eixo de Proteção e Defesa Civil;

Insegurança hídrica em diversas localidades do País, em especial para a população do semiárido e da região sul;

Dificuldades técnicas e operacionais dos entes subnacionais para a realização das ações de gestão de riscos de desastres;

Ampliação das ameaças decorrentes das mudanças climáticas;

Baixa percepção de riscos da população.

DESAFIOS FUNDAMENTAIS

Orientar para redução de novas ocupações de áreas de risco, especialmente em regiões de maior vulnerabilidade social;

Alcançar níveis de investimento adequados em ações de prevenção para redução do risco de desastres;

Aprimorar a integração e a articulação entre os órgãos e políticas do Sistema Nacional de Proteção e Defesa Civil - SINPDEC bem como outros atores relevantes;

Alcançar alta capacitação técnica e operacional de entes subnacionais e de agentes do SINPDEC;

Difundir a cultura de prevenção e de gestão de riscos;

Ampliar o conhecimento e a capacidade de gestão de riscos de desastres;

Ampliar o conhecimento dos impactos decorrentes das mudanças climáticas na gestão de riscos de desastres.

OBJETIVO ESTRATÉGICO

Ampliar a capacidade dos municípios para a gestão dos riscos de desastres, com investimentos em prevenção, mitigação, preparação, mapeamento, monitoramento, alerta, integração das políticas públicas e capacitação dos atores do Sistema Nacional de Proteção e Defesa Civil.

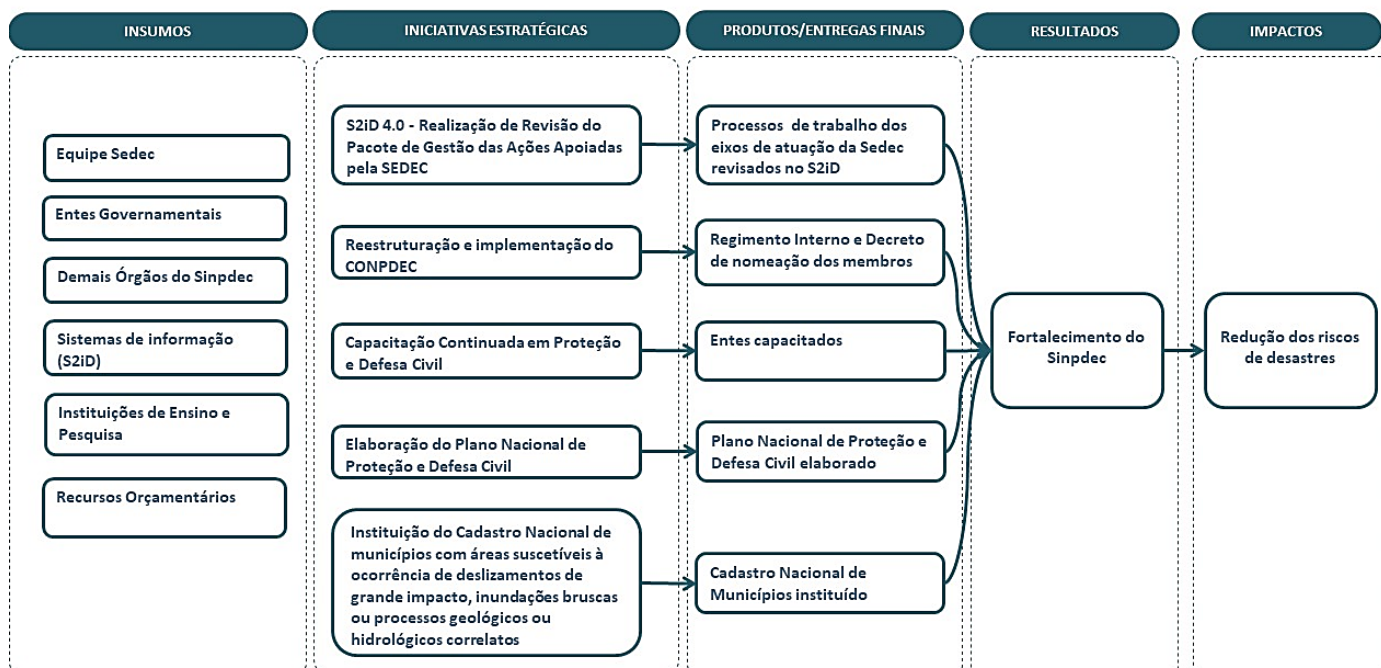
Indicadores Estratégicos	Valor Apurado em 2022	Meta 2023	Meta 2024	Meta 2025	Meta 2026	Meta 2027
Proporção dos municípios das faixas “Intermediária Inicial” e “Inicial” do Índice de Capacidade Municipal na Gestão de Riscos e de Desastres. (Sedec) ¹	-	-	69,32%	69,19%	57,54%	56,64%
Proporção dos municípios nas faixas “Alta” e “Intermediária Avançada” do Índice de Capacidade Municipal na Gestão de Riscos e de Desastres (Sedec) ²	-	-	41,35%	30,81%	42,46%	43,36%

SUBEIXO: GESTÃO DE RISCOS DE DESASTRES

PROGRAMAS E INICIATIVAS

PROGRAMA DE FORTALECIMENTO DO SISTEMA NACIONAL DE PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL – SINTDEC

MODELO LÓGICO



¹ Metas alteradas na revisão de 2026

² Metas alteradas na revisão de 2026

DETALHAMENTO DAS METAS DAS INICIATIVAS DO PROGRAMA

Iniciativa	Indicador da Iniciativa	Linha de Base 2022	Meta 2023	Meta 2024	Meta 2025	Meta 2026	Meta 2027
S2iD 4.0 - Realização de Revisão do Pacote de Gestão das Ações Apoiadas pela SEDEC (Sedec)³	% de execução	45,12%	92,94%	100%	28%	68%	100%
Reestruturação e implementação do CONPDEC (Sedec)⁴	% de execução	-	55%	100%	100%	70%	100%
Capacitação Continuada em Proteção e Defesa Civil (Sedec)⁵	Nº de entes capacitados em defesa civil	-	2.860	3.263	1.219	1.738	1.821
Elaboração do Plano Nacional de Proteção e Defesa Civil (Sedec)⁶	% de execução	-	86,28%	100%	100%	100%	100%
Instituição do Cadastro Nacional de municípios com áreas suscetíveis à ocorrência de deslizamentos de grande impacto, inundações bruscas ou processos geológicos ou hidrológicos correlatos (Sedec)⁷	% de execução	-	20%	60%	30%	50%	100%

³ Metas alteradas na revisão de 2025 e 2026

⁴ Iniciativa estava prevista para concluir em 2024, mas passou para o ano de 2025 – Revisão 2025. Metas alteradas na revisão de 2026

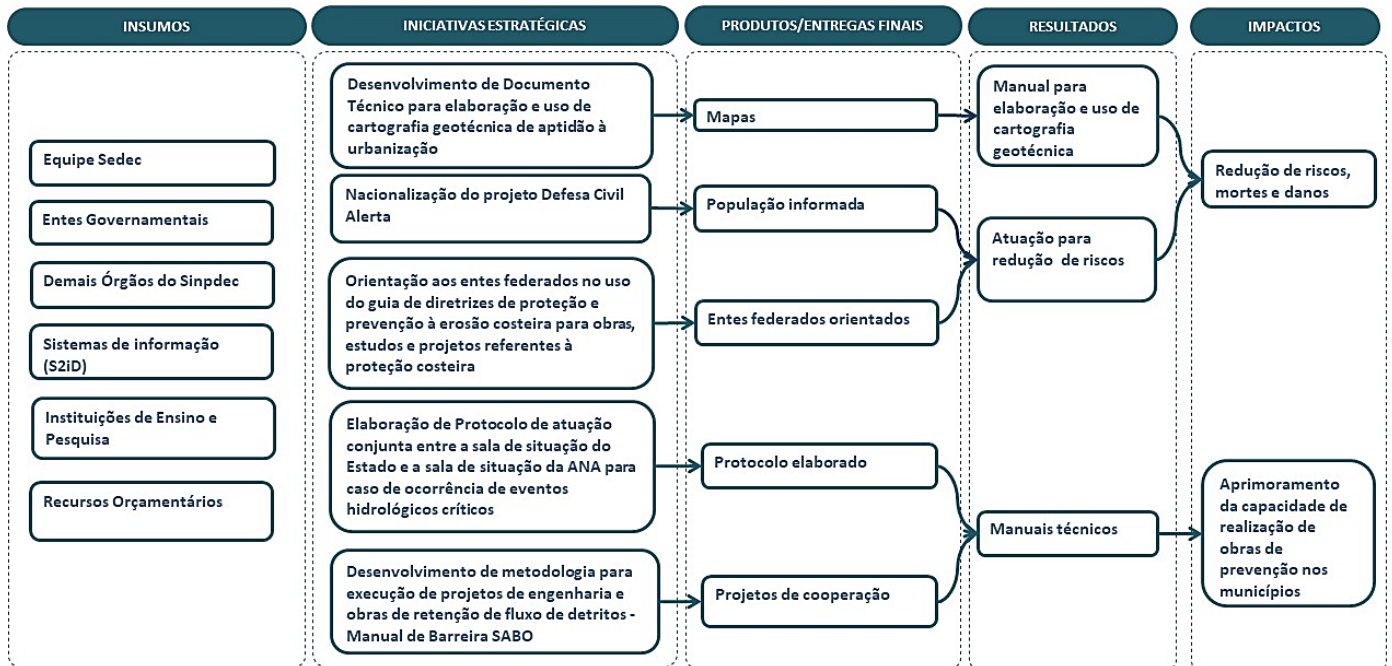
⁵ Metas alteradas na revisão de 2025 e 2026

⁶ Iniciativa concluída em 2025

⁷ Metas alteradas na revisão de 2025 e 2026

PROGRAMA DE PREVENÇÃO E PREPARAÇÃO AOS RISCOS DE DESASTRES

MODELO LÓGICO



DETALHAMENTO DAS METAS DAS INICIATIVAS DO PROGRAMA

Iniciativa	Indicador da Iniciativa	Linha de Base 2022	Meta 2023	Meta 2024	Meta 2025	Meta 2026	Meta 2027
Desenvolvimento de Documento Técnico para elaboração e uso de cartografia geotécnica de aptidão à urbanização (Sedec)⁸	% de execução	-	90%	100%	100%	100%	100%
Desenvolvimento de metodologia para execução de projetos de engenharia e obras de retenção de fluxo de detritos - Manual de Barreira SABO (Sedec)⁹	% de execução	-	6,6%	26,9%	51,2%	100%	100%
Orientação aos entes federados no uso do guia de diretrizes de proteção e prevenção à erosão costeira para obras, estudos e projetos referentes à proteção costeira (Sedec)¹⁰	% de execução	-	75%	100%	10%	5%	100%

⁸ Iniciativa estava prevista para concluir em 2024, mas passou para o ano de 2025 – Revisão 2025

⁹ Metas alteradas na revisão de 2025 e 2026

¹⁰ Metas alteradas na revisão de 2025 e 2026

Nacionalização do Projeto Defesa Civil Alerta (Sedec)¹¹	% de execução	-	-	-	100%	100%	100%
---	---------------	---	---	---	------	------	------

Elaboração de Protocolo de atuação conjunta entre a sala de situação do Estado e a sala de situação da ANA para caso de ocorrência de eventos hidrológicos críticos (ANA)¹²	% de execução	-	100%	100%	100%	100%	100%
---	---------------	---	------	------	------	------	------

¹¹ Iniciativa concluída em 2025

¹² Iniciativa descontinuada

SUBEIXO: GESTÃO DE DESASTRES

FORÇAS

- Quadro técnico motivado e capacitado;
 - Arcabouço legal instituído;
- Grupo de Apoio a Desastres instituído;
 - Inteligência Institucional;
- Capacidade de gestão das disponibilidades orçamentárias;
- Capacidade de alcance e mobilização para atendimento a desastres nos entes federativos por meio do sistema S2ID;
 - Articulação institucional e parcerias;
- Existência de um plano de capacitação continuada dos atores de proteção e defesa civil.

FRAQUEZAS

- Quantitativo de pessoal insuficiente, com problemas de rotatividade e pouca atratividade para captação de novos servidores;
- Poucas ações de avaliação das necessidades de melhoria para a gestão de desastres;
- Falta de comunicação interna para melhor gestão de desastres;
 - Dificuldade de modernização do S2ID;
- Comunicação deficiente com a população acerca dos projetos em andamento no pós-desastre e falta de articulação para acompanhar a população afetada;
 - Legislação de reconhecimento de desastre inadequada no que se refere aos eventos de estiagem recorrentes;
- Baixa agilidade nas análises, com problemas de subjetividade;
 - Equipamentos de informática com qualidade insuficiente;
 - Instabilidade/falha dos sistemas de TI;
 - Falta de recurso para ações de resposta e recuperação.

ANÁLISE SWOT

OPORTUNIDADES

- Apoio da sociedade, da mídia e de formadores de opinião para a execução das atividades de gestão de desastres;
- Apoio de atores externos para oficialização da Estratégia de Preparação e Resposta do Sistema Federal e Desenvolvimento do Plano Nacional de Proteção e Defesa Civil;
 - Disponibilidade de mecanismos para divulgação na mídia das ações de proteção e defesa civil e de conscientização da sociedade;
 - Momento político favorável para o fortalecimento do Sinpdec;
 - Novas tecnologias disponibilizadas no mercado para modernização na forma de gestão de desastres;
 - Integração de dados e informações georreferenciadas externas para a gestão de desastres;
 - Desenvolvimento de novos sistemas e tecnologias pelo MGI voltadas para a gestão de repasses de recursos e realização de obras.

AMEAÇAS

- Sazonalidade de ocorrência dos desastres;
- Falta de estrutura e equipes nos entes subnacionais, gerando baixa capacidade de elaboração de projetos e de execução/gestão das obras de reconstrução pelos Entes Federativos;
- Rotatividade de servidores dos entes subnacionais;
 - Aumento da ocorrência de eventos extremos por conta das mudanças climáticas;
 - Contingenciamento orçamentário.

SUBEIXO: GESTÃO DE DESASTRES

LEVANTAMENTO DE RISCOS:

- Falta de orçamento;
- Instabilidade institucional;
- Instabilidade jurídica;
- Não atendimento tempestivo e adequado da população ou realização ações sobrepostas por problemas de articulação e integração entre órgãos e entes federativos;
- Ocorrência de um grande evento de desastre superior às capacidades normais de atendimento;
- Descontinuidade do S2Id.

PROBLEMAS FUNDAMENTAIS

Insuficiência na articulação e coordenação com os estados e municípios para reconstrução e resposta aos desastres;

Baixa capacidade técnica e operacional dos estados e municípios para dimensionamento dos danos e resposta e reconstrução frente aos desastres;

Insuficiência de equipes na estrutura da Sedec para atendimento às demandas de resposta e reconstrução a desastres;

Intempestividade na efetivação de ações de resposta e reconstrução após a ocorrência de desastres;

Aumento de ocorrência de desastres/eventos extremos de forma superior às capacidades de resiliência das cidades e de resposta e de reconstrução pelos entes públicos.

DESAFIOS FUNDAMENTAIS

Reduzir consideravelmente o tempo de resposta aos desastres;

Alcançar níveis elevados de capacidade dos municípios e estado para resposta a desastres;

Melhorar processos e ferramentas integradas para registro de desastre;

Aperfeiçoar a dinâmica de monitoramento de desastres e emissão de alertas;

Reconstruir melhor as infraestruturas danificadas ou destruídas em localidades afetadas por desastres.

OBJETIVO ESTRATÉGICO	Otimizar o apoio federal nas ações de resposta e recuperação pós-desastre					
Indicador Estratégico	Valor Apurado em 2022	Meta 2023	Meta 2024	Meta 2025	Meta 2026	Meta 2027
Percentual de recursos empenhados frente às demandas de ações de recuperação aprovadas (Sedec)	100%	100%	100%	100%	100%	100%
Percentual de recursos empenhados frente às demandas de ações de resposta aprovadas (Sedec)	100%	100%	100%	100%	100%	100%

Tempo médio ajustado entre a data do desastre e a solicitação de reconhecimento federal (Sedec)	12,11	12,1	12,09	12,06	12,03	11,98
Tempo médio ajustado entre o pedido e o reconhecimento federal (Sedec)	13,14	13,14	13,13	13,11	13,08	13,05
Tempo médio ajustado entre a solicitação de recursos e a transferência de recurso para assistência humanitária (Sedec)	22,8	22,79	22,75	22,6	22,18	21,27
Tempo médio ajustado entre a solicitação de recursos e a transferência de recurso para restabelecimento de serviços essenciais (Sedec)	46,8	46,44	45,97	45	44,25	43,32
Índice de efetivação das transferências para ações de resposta e reconstrução dentro de um mesmo exercício (Sedec)	67%	67%	68%	69%	70%	71%
Tempo médio ajustado entre a data de envio do plano de trabalho e a análise para ações de Reconstrução (Sedec)	66,98	66,72	66,33	65,8	65,02	64,01
Tempo médio ajustado entre o empenho e a liberação de recursos para ações de Reconstrução (Sedec)	187,97	187,52	186,9	186,2	185,11	183,53
Taxa de atendimento das demandas de apoio emergencial pela Operação Carro Pipa (Sedec)¹³	0,8%	0,68%	0,7%	0,72%	0,73%	0,75%

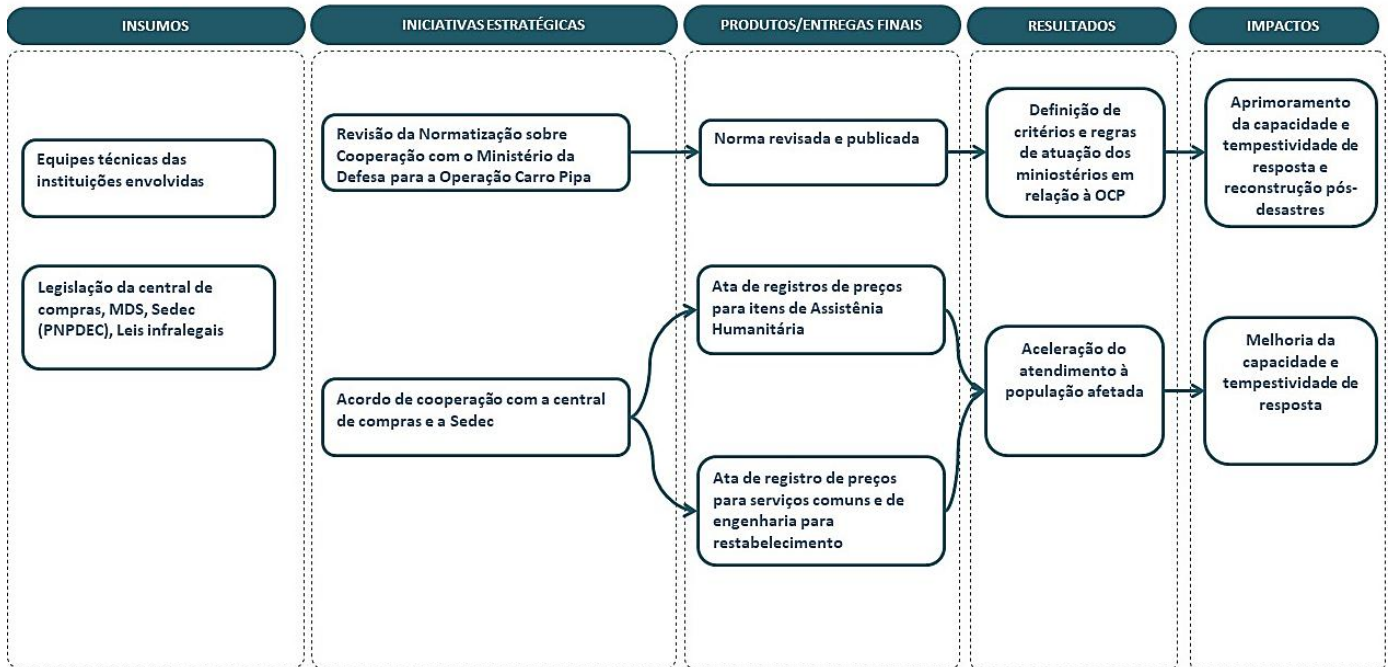
¹³ Metas alteradas na revisão de 2026

SUBEIXO: GESTÃO DE DESASTRES

PROGRAMAS E INICIATIVAS

PROGRAMA DE SOCORRO E ASSISTÊNCIA ÀS VÍTIMAS DE DESASTRES

MODELO LÓGICO



DETALHAMENTO DAS METAS DAS INICIATIVAS DO PROGRAMA

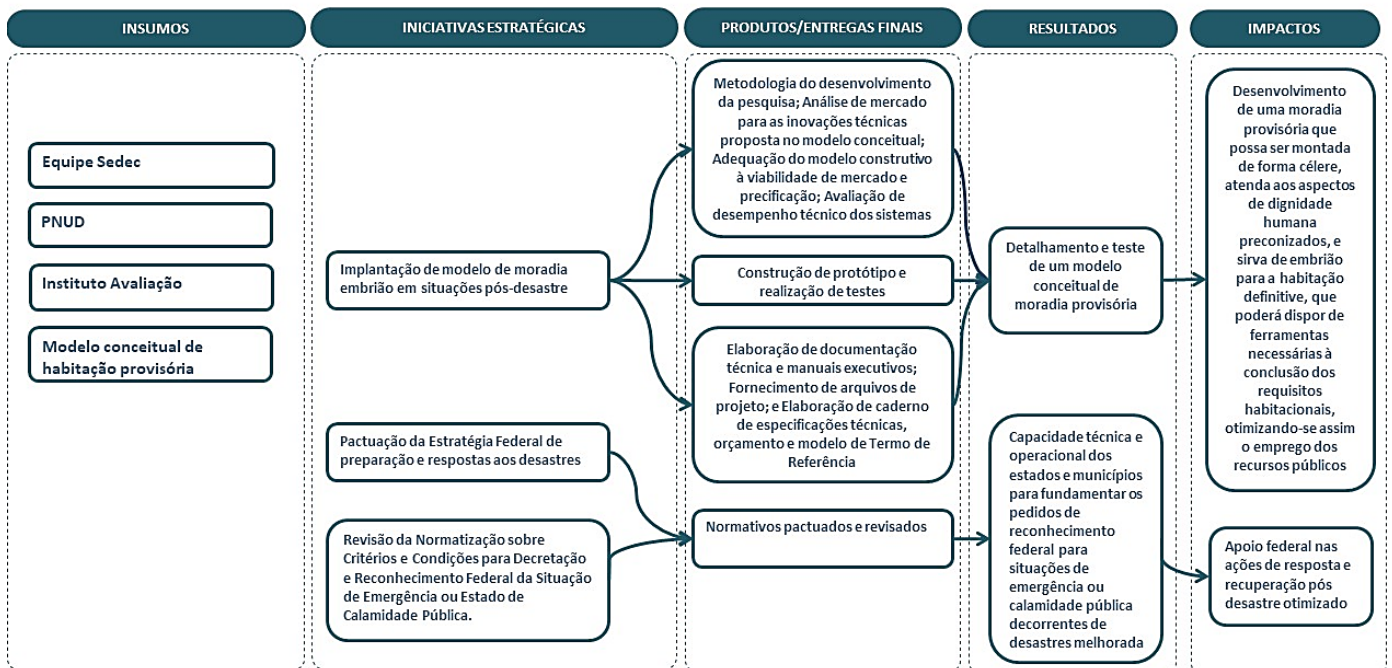
Iniciativas	Indicador da Iniciativa	Linha de Base 2022	Meta 2023	Meta 2024	Meta 2025	Meta 2026	Meta 2027
Revisão da Normatização sobre cooperação com o Ministério da Defesa para a Operação Carro-Pipa (Sedec)¹⁴	% de execução	-	60%	100%	100%	40%	100%
Acordo de cooperação com a central de compras e a Sedec (Sedec)¹⁵	% de execução	-	56%	100%	100%	100%	100%

¹⁴ Iniciativa estava prevista para concluir em 2024, mas passou para o ano de 2025 – Revisão 2025. Metas alteradas na revisão de 2026

¹⁵ Iniciativa descontinuada na revisão de 2026

PROGRAMA DE RESTABELECIMENTO E RECONSTRUÇÃO

MODELO LÓGICO



DETALHAMENTO DAS METAS DAS INICIATIVAS DO PROGRAMA

Iniciativas	Indicador da Iniciativa	Linha de Base 2022	Meta 2023	Meta 2024	Meta 2025	Meta 2026	Meta 2027
Revisão da Normatização sobre Critérios e Condições para Decretação e Reconhecimento Federal da Situação de Emergência ou Estado de Calamidade Pública (Sedec) ¹⁶	% de execução	-	50%	100%	100%	100%	100%
Implantação de modelo de moradia embrião em situações pós-desastre (Sedec) ¹⁷	% de execução	0	45%	65%	75%	65%	100%
Pactuação da Estratégia Federal de preparação e respostas aos desastres (Sedec) ¹⁸	% de execução	0	40%	100%	100%	100%	100%

¹⁶ Iniciativa estava prevista para concluir em 2024, mas passou para o ano de 2025 – Revisão 2025

¹⁷ Metas alteradas na revisão de 2025 e 2026

¹⁸ Iniciativa concluída em 2024

